

TECNOLOGIA SOCIAL E INCLUSÃO: ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA CATAMARE

CHRISTIAN LUIZ DA SILVA
UTFPR/PPGTE, Brasil
christiansilva76@gmail.com

CAMILLE ROSSATO BOLSON
UTFPR/PPGTE, Brasil
camille.bolson@gmail.com

CRISTINA MARIA SOUTO FERIGOTTI
UNINTER, BRASIL
cmferigotti@uol.com.br

MAYRA CASAS VILARDELL
UNIVERSIDAD PINAR DEL RIO, CUBA
mcasas@upr.edu.cu

RESUMO

O modelo de gestão trazido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), para desenvolvimento de ações sustentáveis propõe a inclusão social de catadores no sistema de gerenciamento de resíduos. O cumprimento da lei, a forma de participação dos catadores e os mecanismos de incentivo se configuram como uma relação passível de análise. Assim, o objetivo deste trabalho foi investigar as potencialidades e as limitações da cooperativa CATAMARE em desenvolver tecnologias sociais, para o estímulo ao desenvolvimento local após a sanção da PNRS. A abordagem qualitativa foi sustentada por questionários estruturados, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Como resultado as evidências sugerem que a organização da cooperativa permitiu acesso a informações sobre legislação, da PNRS. Apontou para a necessidade de fortalecimento de relações com instituições de educação e do poder público. A despeito da baixa qualificação dos cooperados, projetos e conhecimento poderiam ser desenvolvidos em prol de tecnologias sociais. Observou-se ausência de inovações tecnológicas e produção de artefatos alternativos a partir de materiais recicláveis, o que fragiliza a cooperativa no que tange a articulação entre pares. Notadamente a integração da Catamare na rede de relacionamentos da Catapanará, para apoio à comercialização de material produzido para a indústria. Pode-se concluir que, a adesão à cooperativa melhorou a condição social, econômica e política dos cooperados, mas ainda há limites estruturais da cadeia produtiva da reciclagem que não são contemplados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e que de certa forma fragilizam o propósito de desenvolvimento de ações sustentáveis. Além disso, a organização da cooperativa dificulta o desenvolvimento de tecnologias sociais e própria inclusão social dos catadores. Estudos futuros poderiam investigar a expansão da reciclagem no Brasil e inovações tecnológicas que levem em consideração a atividade de catação, sugerindo modelos industriais de produção alternativos ao vigente e de organizações autogeridas por catadores para potencializar sua inclusão.

Palavras-chave: Tecnologia Social. Cooperativismo. Catadores de Recicláveis. Reciclagem. Política Nacional de Resíduos Sólidos.

INTRODUÇÃO

A sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é um fator importante para a inclusão social dos catadores. A PNRS criou metas fundamentais que objetivam contribuir para a eliminação dos lixões por meio da constituição de instrumentos de planejamento nas esferas nacional, estadual, microrregional, intermunicipal, metropolitano e municipal, além de impor ao setor privado a elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. A primeira ação da PNRS estabeleceu a criação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) instituído por meio do Decreto nº 7.405/10. O CIISC, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, é composto por integrantes que representam mais de 20 ministérios e diversas empresas estatais. De fato, um dos maiores objetivos da PNRS é a inclusão social e produtiva do catador na cadeia de reciclagem por meio do desenvolvimento de tecnologias sociais.

Verifica-se, por outro lado, que as propostas conceituais de tecnologias sociais no Brasil parecem seguir uma tendência crítica que busca não somente a formulação de alternativas tecnológicas voltadas à solução de problemas de coletividades locais em situação marginal, mas principalmente a construção de um projeto que busca reorientar a racionalidade tecnocientífica capitalista para outra racionalidade mais solidária e democrática. Todavia percebe-se também que a proposta horizontalmente participativa e democrática, ubíqua no debate teórico, parece se restringir ao plano conceitual. A partir da pressuposição da descontinuidade entre propostas conceituais e experiências concretas de empreendimentos que contém características intrínsecas ao marco teórico das tecnologias sociais buscou-se neste trabalho analisar as potencialidades e as limitações da cooperativa CATAMARE para o desenvolvimento de tecnologias sociais e para o estímulo ao desenvolvimento local após a sanção da PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

É importante ressaltar o envolvimento governamental por meio da PNRS nesse tipo de empreendimento porque, de outra forma, os objetivos propostos por esse tipo de organização nunca terão a escala e a universalidade necessárias. Afinal, o Estado é, até o presente momento, a única instituição capaz de garantir o estabelecimento de processos gerais capazes de submeter toda a extensão da sociedade. Já que, embora um dos objetivos ligados à tecnologia social seja promover o empoderamento das coletividades e empreendimentos solidários, experiências mostram que a atuação adequada dos governos pode ser um fator fundamental, e não limitante, para participação ativa dos atores no processo decisório e no desenvolvimento de práticas autogestionárias das organizações ligadas às tecnologias sociais. Conforme a pesquisa do IPEA (2013), no que diz respeito aos catadores, os custos dos materiais coletados variam bastante de acordo com o nível de organização das cooperativas e do apoio dado pelas prefeituras. Nos casos em que as prefeituras oferecem alguma infraestrutura ou apoio gerencial – galpões, custeio de despesas das cooperativas com água, luz, combustível, técnicos administrativos, entre outros – mostram resultados mais positivos tanto para a questão ambiental quanto para a inclusão social dos catadores (IPEA, 2013). A atuação governamental também é fundamental no sentido de garantir a viabilidade financeira dos programas e projetos desenvolvidos a partir do desenvolvimento de tecnologias sociais, sobretudo quando envolvem problemas associados a uma grande quantidade de atores como se dá na cadeia de resíduos sólidos.

Para examinar a tecnologia social foram utilizados autores como Dagnino (2010 a, 2010b) Thomas (2008), Lassance Junior e Pedreira (2004), que problematizam a necessidade do avanço teórico multidisciplinar para uma fundamentação teórica consistente sobre tecnologias sociais. Este grupo de autores ressalta que há realização de tecnologia social no sistema capitalista, tratando dos seus elementos de inclusão e exclusão a partir do sistema econômico dominante. Já o conceito de desenvolvimento local tem como característica fundamental a transdisciplinaridade, onde a sustentabilidade econômica, a qualidade de vida, a

inclusão social, empreendedorismo, empoderamento, a cidadania, a cooperação e a governança, são partes integrantes deste todo (KRONEMBERG, 2011). A relevância do estudo está vinculada ao interesse de pesquisa em dois campos: i) alternativas de produção ligadas ao desenvolvimento metodológico da tecnologia social e ii) manifestações produtivas que almejam o desenvolvimento local. Este artigo além da Introdução está organizado em seis seções. Seção 2 – Referencial Teórico, Seção 3 – Metodologia, Seção 4 – A Cooperativa CATAMARE, Seção 5 – Análise e Resultados, Seção 6 – Os limites e potencialidades da Cooperativa CATAMARE e Seção 7 – Conclusão.

TECNOLOGIAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Tradicionalmente, no campo das ciências sociais, existe um marco determinista e linear na análise das relações existentes entre tecnologia e sociedade. Como se verá no decorrer do artigo, estas abordagens teóricas reproduzem na prática uma separação imperativa entre os problemas sociais e os problemas tecnológicos. Sob uma perspectiva crítica dos sistemas tecnológicos, suportada pelo campo de estudo que relaciona ciência, tecnologia e sociedade (CTS), o qual considera que as sociedades são, por um lado, tecnologicamente construídas ao mesmo tempo em que as tecnologias são socialmente configuradas, é possível compreender que as tecnologias desempenham um papel fundamental nos processos de transformação social. Neste sentido, as soluções para questões como a pobreza, a exclusão social e o subdesenvolvimento não podem ser analisadas sem que se leve em consideração a dimensão tecnológica. Afinal, as tecnologias condicionam as estruturas de distribuição de renda e de consumo, facilitam ou dificultam o acesso a bens, serviços e conhecimentos, ou seja, geram condições para a inclusão ou exclusão social (THOMAS, 2009).

De modo geral, sob a lógica do capital, o padrão tecnológico dominante é denominado de Tecnologia Convencional (TC). A TC pode ser definida a partir de um conjunto de características relativas aos seus efeitos sobre o trabalho e ao meio ambiente, à sua grande escala e ritmo de produção, aos insumos utilizados e ao tipo de controle exercido sobre os trabalhadores (DAGNINO, 2004; BRANDÃO, 2001). Como resposta confrontiva à lógica totalizante do capital existente nos processos de produção e consumo de tecnologias convencionais, surge a concepção de Tecnologia Social (TS) como um enfoque inclusivo, abrangente e possível (DAGNINO, 2004). A TS é uma proposta participativa de construção do conhecimento, de fazer ciência e tecnologia para o desenvolvimento e realização do ser humano e de seus interesses coletivos e, por isso, é uma forma de reduzir as desigualdades sociais. Sob esta perspectiva, a TS se vincula a geração de capacidades para a resolução de problemas sistêmicos e não somente na resolução de problemas pontuais, o que a aproxima também das discussões sobre Desenvolvimento Local.

As tecnologias sociais, diferentemente das tecnologias convencionais, são qualificadas pelo montante baixo de aportes financeiros; por sua orientação voltada para o mercado interno; por se mostrarem capazes de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários; por serem isentas de uma relação de poder discriminatória e, sobretudo, porque são constituídas de um potencial libertador do produtor direto. Sendo as tecnologias sociais orientadas pelos critérios de inclusão social estas permitem a construção de sistemas socioeconômicos mais justos em termos de distribuição de renda e mais participativa em termos de tomada de decisão coletiva (THOMAS, 2009).

Pode-se afirmar que há implicitamente no debate sobre as tecnologias sociais a construção de um projeto de transição do padrão tecnológico dominante para outro muito mais democrático e abrangente que torna complexo o objetivo da inclusão social já que a tecnologia social incorpora em si e para si uma lógica participativa e acolhe o conhecimento popular local como processo fundamental na produção de tecnologias. As tecnologias sociais, diferentemente

das tecnologias convencionais, são qualificadas pelo montante baixo de aportes financeiros; por sua orientação voltada para o mercado interno; por se mostrarem capazes de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários; por serem isentas de uma relação de poder discriminatória e, sobretudo, porque são constituídas de um potencial libertador do produtor direto. Sendo as tecnologias sociais orientadas pelos critérios de inclusão social estas permitem a construção de sistemas socioeconômicos mais justos em termos de distribuição de renda e mais participativa em termos de tomada de decisão coletiva (THOMAS, 2009).

Para Dagnino (2010) a compreensão de que o problema da exclusão social e a tecnologia estão intimamente relacionados e que a segunda pode desempenhar um papel importante na redução das desigualdades sociais e de uma transformação do padrão tecnológico dominante está no cerne do conceito de TS. Há uma série de evidências que permitem perceber um esforço de sistematização no sentido de estabelecer o que de fato é essencial para o sucesso de experiências de desenvolvimento de tecnologias sociais capazes de promover a inclusão social, a construção coletiva de soluções sociotécnicas, o desenvolvimento de saberes científicos voltados para problemas locais que promovam concomitantemente a valorização dos saberes tradicionais. É importante ressaltar que o problema da exclusão e da desigualdade endêmica só pode ser de fato minorado por meio da institucionalização de políticas públicas que encontram no Estado seu agente. Neste sentido, há aspectos fundamentais que poderiam ser contemplados pelas políticas públicas orientadas para o desenvolvimento de tecnologias sociais e que serão abordadas no decorrer do artigo.

METODOLOGIA

Esta seção apresenta a metodologia e os procedimentos adotados para a realização desta pesquisa. Com relação aos objetivos, é uma pesquisa exploratória e analítica. De acordo com Gil (2007) as pesquisas de caráter exploratório têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo mais explícito ou com o objetivo de construir hipóteses. A grande maioria deste tipo de pesquisa envolve, segundo o autor: i) levantamento bibliográfico; ii) entrevistas com pessoas que tiveram experiências com o problema pesquisado; iii) análise de exemplos que instiguem a compreensão; e iv) estudos de caso.

O procedimento técnico utilizado, em um primeiro momento, foi a pesquisa bibliográfica, que possibilitou a elaboração do referencial teórico e abordou principalmente artigos e documentos oficiais. Durante quatro meses foram realizadas visitas periódicas à cooperativa para que se pudesse realizar a observação participante. Também foram realizadas nesse período entrevistas com os cooperados que ocupam funções estratégicas na cooperativa (a presidente, a comissão de comercialização, tesoureira e conselho fiscal) e foi aplicado um questionário para todos os cooperados que se dispuseram a participar da pesquisa – dos 35 cooperados 26 participaram do estudo.

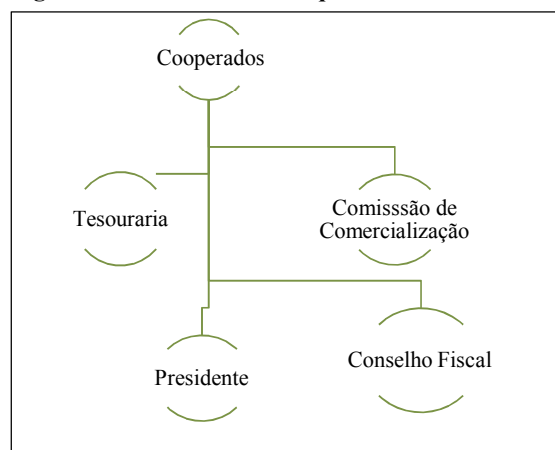
Do ponto de vista da forma de abordagem do problema a pesquisa é qualitativa uma vez que este trabalho tem como foco principal o processo e seu significado (TRIVIÑOS, 2001). Conforme trata Minayo (2003), a abordagem qualitativa não pode pretender o alcance da verdade, mas sim deve ter como preocupação primordial a compreensão da lógica que permeia a prática que se dá na realidade, preocupando-se com as relações existentes entre o mundo e o sujeito de uma determinada maneira que não pode ser replicada ou vista dessa mesma forma em um outro lugar. Neste sentido, a pesquisa trata-se de um procedimento que não busca generalizar os resultados que obtém no estudo, ou seja, não se anseia criar com isso modelos que se almejem universais. Segundo Triviños (2001, p. 83), a pesquisa qualitativa pretende apenas “obter generalidades, ideias predominantes, tendências que aparecem mais definidas entre as pessoas que participaram do estudo”. Neste sentido, para responder à questão geral desta pesquisa, foi desenvolvido um estudo de caso de caráter qualitativo da cooperativa

Catamare. De forma sucinta, Yin (1984, p. 23) define o estudo de caso como uma pesquisa empírica que buscará investigar um fenômeno contemporâneo em sua conjuntura natural, “em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes” o que compelirá, para o presente trabalho, a utilização de múltiplas fontes de evidência.

A COOPERATIVA CATAMARE

Presentemente a cooperativa conta com 35 cooperados que estão organizados por meio da estrutura hierárquica que pode ser analisada na Figura 1.

Figura 1 – Estrutura Hierárquica da CATAMARE.



Fonte: Autoria própria.

De acordo com os próprios cooperados o grupo tem um maior poder de decisão que o presidente e que os cooperados que ocupam uma das funções estratégicas do empreendimento. Os 26 cooperados responderam que todas as decisões da cooperativa são tomadas por votação em assembleia, após discussão prévia. São nessas reuniões, inclusive, que se vota nos cooperados que se elegem para ocupar as funções estratégicas da organização. É vedada a participação de qualquer pessoa que não seja cooperada nas assembleias do empreendimento.

Qualquer catador tem autonomia para organizar uma assembleia desde que pelo menos um quinto dos cooperados o apoiem. Os 26 entrevistados responderam que participam de todas as reuniões e assembleias da cooperativa. Sobre a sua participação nos encontros 17 catadores responderam que compartilham suas opiniões ativamente, enquanto 9 catadores afirmaram que não falam muito nas reuniões, apenas quando são solicitados.

O presidente é quem responde juridicamente por todas as atividades da cooperativa. É, em suma, quem representa a cooperativa nos encontros, reuniões e atividades oficiais e que procura soluções para as demandas dos cooperados fora dos limites da organização. A comissão de comercialização é um núcleo formado por cooperados da CATAMARE, mas que também faz parte de um grupo da Catapanará que tem o intuito de estudar as melhores opções de comercialização conjunta do material dos catadores via rede para a indústria. A comissão tem a responsabilidade de participar das reuniões com outros associados e cooperados que fazem parte da Catapanará que ocorre uma vez por mês. Nestes encontros são esclarecidas questões relativas aos preços de mercado e aos investimentos e custos da rede. É de responsabilidade do conselho fiscal fiscalizar e orientar as atividades financeiras da cooperativa. Os membros do conselho fiscal da CATAMARE fazem parte também do conselho fiscal da Catapanará – que reúne os conselhos de todas as cooperativas que fazem parte da rede. A tesouraria é responsável pela rotina financeira diária da cooperativa. É quem administra o fluxo de caixa, as contas a

receber e a pagar, ou seja, é quem aplica os recursos financeiros da cooperativa e que operacionaliza o planejamento financeiro estipulado. A tesouraria é encarregada também de pagar o INSS de todos os cooperados dos dois barracões onde estão situados os catadores e de distribuir quinzenalmente os rendimentos da produção de cada catador.

Todo o planejamento do empreendimento é feito em assembleia por todos os cooperados. Cada um pode identificar, antes da reunião, as demandas que precisam ser discutidas e votadas. Neste sentido, as assembleias são a principal ferramenta de envolvimento dos cooperados com as demandas coletivas do empreendimento.

Ficou estipulado entre os cooperados que cada catador deve contribuir com 20% de seu rendimento mensal obtido – a renda de cada catador depende invariavelmente do seu potencial de produção. Com esse valor o empreendimento paga a luz, água, internet, telefone e a manutenção das máquinas utilizadas por todos nos barracões da cooperativa. Alguns catadores não concordam com essa divisão. Para eles, isso enfraquece o cooperativismo entre os catadores e não leva em consideração princípios da economia solidária.

Segundo os cooperados que atualmente ocupam funções estratégicas na cooperativa, há a preocupação de que a CATAMARE siga os pressupostos do MNCR. Nesta perspectiva, de acordo com os entrevistados, existe o objetivo de desenvolver ações em conjunto com outros movimentos sociais que não priorizem somente a atividade do catador, mas sim outras esferas da vida dos trabalhadores.

Para os cooperados só é possível construir uma sociedade menos desigual se for incentivado o desenvolvimento de empreendimentos solidários. Nos limites da cooperativa isso acontece por meio de práticas que combatem a competição e o individualismo, através do desenvolvimento da autogestão do trabalho, buscando o apoio mútuo entre os catadores e outros trabalhadores. Como classe trabalhadora, há a intenção de que os catadores avancem no controle da cadeia produtiva de reciclagem inclusive como estratégia para garantir que o serviço realizado pelos catadores e catadoras não seja empregado em benefício de alguns, mas que sirva ao fortalecimento socioeconômico da categoria como um todo.

O princípio mais importante, segundo as entrevistas, é não permitir que nenhum catador seja beneficiado em função do trabalho de outro catador. Para os cooperados é preciso estimular e estabelecer o trabalho coletivo baseado nos princípios de organização popular da economia solidária e do cooperativismo, bem como o desenvolvimento de inovações tecnológicas de baixo custo no âmbito da coleta e tratamento de materiais recicláveis, além de métodos de gestão autogestionária. Todavia, para os entrevistados, ainda há um longo caminho para que o projeto político dos catadores se reflita no projeto econômico dos cooperados.

Neste sentido foi possível observar que o planejamento da cooperativa se fundamenta principalmente em aspectos econômicos, embora exista a preocupação latente com a questão ambiental e com a inclusão dos cooperados. As deliberações para a aquisição de artefatos e maquinarias são determinadas primordialmente pelos mecanismos dispostos nas empresas de reciclagem do setor privado e que são incentivados pelas instituições que desenvolvem projetos para financiar a compra de equipamentos. Segundo os cooperados, não há pesquisa de processos, métodos, técnicas e artefatos alternativos para melhorar a produção da cooperativa.

Atualmente a cooperativa Catamare sedia dois galpões de triagem e outros três catadores ficam na sede de uma indústria de fósforo – por motivo de segurança já que o material é altamente inflamável e não pode ser levado aos barracões. O barracão mais antigo fica localizado no bairro Boqueirão e o mais novo no bairro Rebouças.

A cooperativa tem no total duas prensa e duas balanças e dezoito mesas de trabalho que são divididas entre todos os catadores. No pátio do barracão do Rebouças ficam os carrinhos elétricos – projeto da Itaipu em parceria com o projeto Ecocidadão. No total a cooperativa possui cinco carrinhos elétricos, porém nenhum dos catadores os utilizam. Uma das cooperadas afirmou não gostar de utilizá-los porque acha a estrutura deles fraca. Ela relatou que o protótipo

tomba com facilidade e não aguenta o peso dos materiais, por isso ela faz a catação com seu carrinho próprio. Atualmente seis cooperados fazem a catação na rua com seus carrinhos próprios. Destes, metade faz a catação diariamente, os outros três só a praticam quando há pouco material para a triagem.

No barracão do Rebouças há uma esteira que ainda não é utilizada pelos catadores. A esteira não foi instalada porque o barracão não tem a estrutura elétrica necessária para suportá-la e porque os catadores ainda não deliberaram sobre a forma que se fará o uso do equipamento. Segundo os cooperados a triagem feita na esteira demanda o estabelecimento de horários de trabalho, a divisão igualitária do valor da atividade realizada e um estudo sobre qual é o melhor tipo de material para ser triado. O objetivo dos cooperados é fazer uma reforma no barracão do Rebouças para que seja possível que todos os catadores possam trabalhar juntos e se utilize a esteira somente para os materiais de alguns órgãos doadores que tenham uma quantidade maior de plásticos entre seus resíduos¹. Uma das catadoras fundadoras da cooperativa, disse que é não bom fazer o uso da esteira nos resíduos da coleta seletiva porque o material é muito diverso e miúdo. Segundo ela, perde-se uma grande quantidade de material fazendo a triagem desse tipo de resíduo na esteira².

Há mais de dois anos os catadores estão divididos entre estes dois espaços que são alugados pela prefeitura. De acordo com os entrevistados, o motivo da divisão dos cooperados ocorre porque não houve por parte da prefeitura a preocupação em alugar um espaço com a estrutura física necessária para todos após a devolução do barracão anterior que ficava no Parolim. Vários catadores relataram o descaso da prefeitura na escolha do barracão porque todos os catadores que trabalham agora no galpão do Boqueirão moram no Parolim ou na Vila Torres e a localização dificulta bastante pela distância. Alguns catadores andam do Parolim até a Boqueirão diariamente para trabalhar porque a tarifa do transporte público é muito alta e acaba tendo um peso significativo no orçamento deles.

Diante da dificuldade de todos os cooperados trabalharem juntos no barracão do Boqueirão, os próprios cooperados, com a mediação do Instituto Lixo e Cidadania, conseguiram efetuar os trâmites para que a locação do galpão situado no Rebouças fosse realizado pela prefeitura. Contudo, o barracão do Rebouças apresenta uma série de problemas estruturais e a necessidade urgente de ampliação da área de trabalho. Principalmente porque os catadores enfrentam no barracão do Boqueirão uma situação de risco com o tráfego que existe no bairro³. Há o desejo dos cooperados de dividirem novamente um único espaço de trabalho já que a fragmentação física do grupo gera formas de organização e trabalho distintas em cada galpão o que, na visão dos catadores, fragiliza a unidade da cooperativa.

Quando perguntados se existia a separação de tarefas por gênero na cooperativa, 20 dos 26 entrevistados responderam que não há diferenças. Todavia ela existe. O que se pode perceber é que as mulheres têm mais responsabilidades sobre as áreas comuns da cooperativa embora não deixe de dividir as tarefas que demandam um maior esforço físico. De fato são elas as responsáveis pela limpeza do barracão, mas também descarregam os caminhões e ocupam as funções estratégicas de administração do empreendimento que implicam em um menor tempo de trabalho nas mesas de triagem, ou seja, elas tem menos tempo para realizar o trabalho que

¹ Há uma grande resistência sobre o uso da esteira por todos porque, segundo os catadores, utilizando-a há uma perda considerável de autonomia – eles terão horário para chegar e para ir embora – muitas mães tem horários diferentes porque precisam buscar seus filhos na escola, ainda, a maioria dos catadores são fumantes e fazem paradas constantes. Faz parte da pauta de discussão deles a forma como utilizarão a esteira.

² Todos os equipamentos de ambos os barracões foram adquiridos através de projetos do BNDES, da Fundação Banco do Brasil, da Funasa e do Ecocidadão.

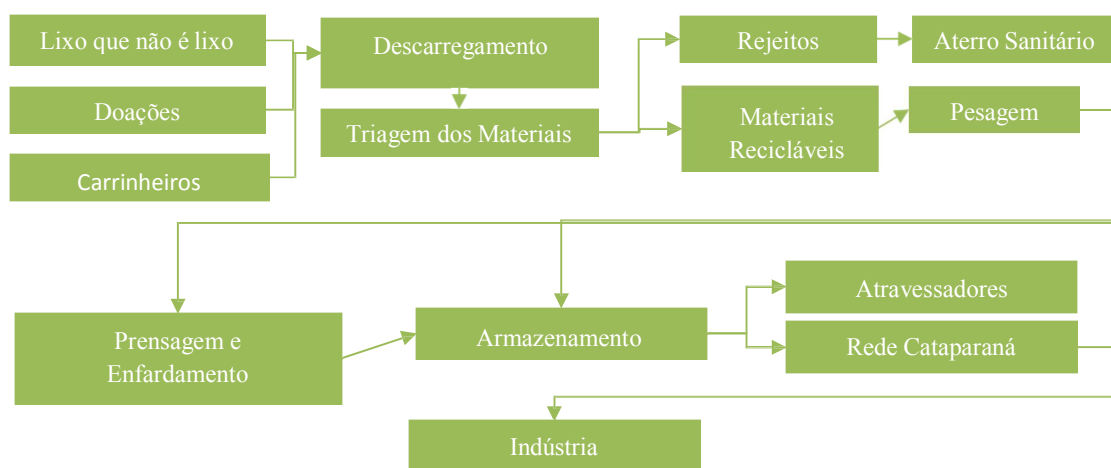
³ Desde que os cooperados se mudaram pra o Boqueirão, eles já sofreram diversas ameaças e, apenas durante o período que foi realizada a pesquisa no campo empírico, o galpão foi invadido duas vezes. Na primeira vez foram levados um bujão de gás e toda a comida dos trabalhadores foi jogada no pátio. Na segunda oportunidade o galpão foi invadido e uma das balanças, avaliada no valor de 15 mil reais, foi roubada.

provém a sua renda. Já no barracão do Boqueirão além de as mulheres cozinharem e limparem as áreas comuns, os homens trabalham na prensa. Não há distinção na hora das tarefas que exigem mais força: todas elas descarregam os caminhões e pesam as bags. Todos os caminhões da cooperativa que fazem a coleta na rua são dirigidos pelos homens.

De forma geral, em ambos os barracões, as principais etapas de processamento de resíduos da CATAMARE são: i) o recebimento do material; ii) o descarregamento dos caminhões; iii) a triagem dos materiais, iv) a prensagem; v) o enfardamento; e vi) o armazenamento dos recicláveis.

A partir das observações in loco foi elaborado um fluxograma do processo produtivo da cooperativa como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 – Fluxograma do processo produtivo da cooperativa CATAMARE.



Fonte: Autoria própria.

Diariamente a cooperativa recebe material do projeto “Lixo que não é Lixo”, da coleta feita nas ruas pelos seis carrinheiros da cooperativa e doações de empresas e órgãos públicos. A CATAMARE possui um caminhão de grande porte, um caminhão pequeno (adquirido este ano através de um projeto da Funasa) e uma Kombi para fazer a coleta das doações. Porém, devido à deterioração da Kombi, o uso dos caminhões foi intensificado e a cooperativa já não consegue mais recolher todos os recicláveis nas organizações doadoras e estas, por sua vez, têm dificuldade (ou, na voz dos catadores, dificultam) para fazer a entrega dos materiais nos barracões.

De acordo com as catadoras que fazem parte da comissão de comercialização, grande parte dos órgãos doadores não atua como parceiro das cooperativas. Os cooperados entendem que, na maioria dos casos, eles usam as cooperativas como depósito do que eles não querem e realizam a venda – ilegal – dos resíduos mais caros. De acordo com o catador que faz parte do Instituto Lixo e Cidadania, constantemente as cooperativas denunciam as más práticas de alguns órgãos e empresas privadas à Procuradoria. Normalmente é aplicada uma multa as organizações que tem esse tipo de prática e o dinheiro é revertido para as demandas das cooperativas que fazem parte do projeto Ecocidadão.

Há certa autonomia quanto à divisão dos materiais que cada catador tria. No barracão localizado no Boqueirão metade dos catadores divide igualmente todos os materiais que chegam das doações e do “Lixo que não é Lixo” não importando sua origem. A outra metade dos catadores organiza a separação dos materiais de acordo com a origem dos resíduos: duas catadoras fazem a triagem dos recicláveis do Hospital de Clínicas, dois catadores e uma

catadora triam o material do TRT e outros dois catadores triam os resíduos do Centro politécnico e da Unimed. No Rebouças todos os materiais que chegam das doações e do “Lixo que não é Lixo” são divididos entre todos os catadores. Independente desta divisão, o descarregamento dos resíduos é realizado manualmente com o auxílio de vassouras, uma vez que nenhum caminhão apresenta dispositivos de descarga. Os materiais são retirados do caminhão por duas pessoas e colocados por elas manualmente em bags (grandes sacos de rafia). Posteriormente as bags são levadas pelos catadores para as mesas de triagem.

A triagem ocorre da seguinte forma: cada saco de reciclável é aberto sobre a mesa enquanto no chão os catadores colocam várias sacolas que receberão cada uma um único tipo de material. Na triagem, os catadores estão expostos já que estão em contato direto com os resíduos e, conseqüentemente, com os vetores que se multiplicam no barracão. Os cooperados utilizam somente luvas para o manejo dos materiais. Nesta etapa foi observada a presença de mosquitos e ratos, devido ao acúmulo de material o que torna o ambiente de trabalho insalubre. Isso é decorrente do fato de que o barracão não possui a infraestrutura necessária para que os catadores façam um estoque dos materiais triados. Muitas vezes os catadores precisam acumular muitas sacolas dos resíduos já separados para que eles tenham o volume necessário para um fardo de reciclável – de acordo com uma das catadoras isso acontece constantemente com diversos tipos de material.

Os resíduos são separados obedecendo os seguintes critérios: natureza, cor e qualidade (quantidade de impurezas ou rejeitos) do material. São segregados diversos tipos de materiais recicláveis, entre os mais comercializados estão: os papéis, o papelão, o vidro, o alumínio mole, os plásticos, o aço e perfil. Todos os resíduos ficam armazenados em bags de plástico grandes que são reutilizadas pelos cooperados. Após preenchimento completo dos sacos plásticos estes são pesados.

No fim do expediente cada catador pesa todo o seu material em conjunto com a catadora responsável pelas pesagens – no caso da CATAMARE é a própria tesoureira que realiza esse trabalho no barracão do Boqueirão, já no galpão do Rebouças há o revezamento dos cooperados na atividade. Os números obtidos são anotados em uma ficha de controle que especifica todos os tipos de materiais e o peso de cada um. Uma cópia sempre fica com o catador e outra na cooperativa. Esta ficha é assinada pela catadora responsável pela pesagem e pelo catador que fez a triagem do material. Este processo ocorre pelo menos duas vezes por semana e, dependendo do fluxo de insumos, pode ser feito diariamente.

Semanalmente a tesoureira soma os pesos que cada catador reciclou e os valora de acordo com os parâmetros de preço que são fornecidos pela Catapananá. Essa tabela de valores tem duas funções: ela especifica o valor do que a Catapananá já consegue comercializar – diversas qualidades de plástico, diversos tipo de papel e papelão, dentre outros – e indica uma média de valores que a cooperativa pode conseguir vendendo os tipos de materiais que ainda não são comercializados através da rede, mas que podem ser comercializados aos atravessadores. Esses valores flutuam e são corrigidos constantemente pela Catapananá e pelos cooperados.

Após a pesagem os catadores fazem a prensagem e o enfardamento dos recicláveis. Todos os resíduos enfardados são transferidos para as baias de armazenamento. O armazenamento dos resíduos recicláveis é realizado respeitando os critérios citados anteriormente: natureza, cor e qualidade dos materiais.

O armazenamento dos fardos ocorre por um curto período de tempo até que ocorra sua expedição semanal para a Catapananá, a rede estadual de beneficiamento e comercialização autogerida pelos catadores, onde ocorre a estocagem, o processamento e o beneficiamento dos resíduos. Se o material chegar mal separado na Catapananá há um desconto no valor do fardo e os cooperados recebem menos pelo material. Como a rede ainda não possui infraestrutura para o manejo e beneficiamento de diversos tipos de materiais, a cooperativa comercializa

diretamente alguns resíduos com uma empresa que leva todo o material para São Paulo, entre outros atravessadores e pequenas empresas que compram materiais diretamente no barracão. Os rejeitos são destinados ao aterro sanitário pela própria prefeitura.

Entre outros procedimentos, diariamente, eles guardam suas luvas e realizam higiene pessoal antes de sair da cooperativa. Ao término de cada semana os catadores realizam a limpeza do galpão tentando evitar, assim, a presença de vetores.

ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise dos resultados obtidos com a pesquisa mostrou que a catação na CATAMARE é uma atividade exercida principalmente por mulheres. Verificou-se ainda que a maioria das catadoras recebem pelo menos um salário mínimo. Todavia, na maioria dos casos investigados, a renda familiar é garantida por, pelo menos, duas pessoas que trabalham. Verificou-se que muitas pessoas dependem da fonte de renda gerada pelo trabalhador da reciclagem. Por outro lado, os depoimentos foram incisivos quanto aos benefícios oriundos do trabalho cooperado em relação à situação anterior. Muitos confirmaram o aumento da renda mensal e a melhoria dos preços dos materiais. Segundo a pesquisa, as relações que os catadores cultivam por causa da cooperativa é importante. Também foi constatado que os cooperados preferem receber quinzenalmente conforme a produção e contribuir com o INSS e dão importância às oportunidades de realizar cursos de qualificação. Todavia, a vivência educacional dos cooperados é preocupante: a maioria dos catadores não terminou o nono ano. Por outro lado, o conhecimento quanto à necessidade de preservação do meio ambiente e também a importância do próprio papel que exercem enquanto agentes ambientais se mostrou constante nos relatos.

Ainda, quando questionados sobre o compartilhamento de técnicas no barracão 18 cooperados responderam que compartilham saberes com seus colegas. Os catadores indicaram que a maioria das conversas são sobre a qualidade e os tipos de materiais que eles manejam. Outros cooperados disseram que eles buscam falar sobre os direitos do catador com os outros catadores. Um cooperado afirmou que divide com os outros cooperados que ainda fazem catação na rua os saberes sobre os melhores lugares para se conseguir material. Dois catadores afirmaram que gostam de conversar sobre novidades que eles ouvem de cooperados de outros barracões ou sobre as discussões do Fórum Lixo e Cidadania.

Quando perguntados se a cooperativa busca formas para promover melhorias dos artefatos utilizados no manejo dos materiais, 23 catadores responderam que a cooperativa procura aperfeiçoar os objetos e maquinarias necessárias para a atividade. Para 14 cooperados isso acontece principalmente através dos projetos que a cooperativa desenvolve para conseguir subsídios da Fundação Banco do Brasil, da Funasa, do Cataforte e do Ecocidadão. Outros catadores citaram as formações da Cataparaná e os encontros no Fórum Lixo e Cidadania.

Quando interrogados sobre a busca de melhorias nas técnicas e conhecimentos utilizadas nos processos 21 catadores responderam que a cooperativa promove melhorar os saberes sobre as atividades necessárias na catação, triagem e reciclagem dos materiais. De acordo com os catadores isso acontece por meio de palestras, formações e cursos que são divulgados pela CATAMARE e na troca de informações com outras cooperativas por meio da Cataparaná e do Fórum Lixo e Cidadania. Nenhum dos catadores soube relatar exemplos concretos de experiências anteriores. Para uma das cooperadas

[...] falta uma diretoria atuante para buscar outros conhecimentos e alternativas para a cooperativa. O problema é que todo mundo está preocupado com a sua própria mesa na CATAMARE. Não foi sempre assim, mas hoje em dia é cada um por si.

Embora os catadores pareçam interessados em aprimorar os processos realizados na cooperativa isso dá dentro de uma lógica essencialmente instrumentalizada. Nenhum dos

catadores citou formas alternativas para solucionar problemas latentes da cooperativa. Para um dos cooperados a falta de interesse de buscar outras formas para resolver os problemas do empreendimento são um dos fatores mais preocupantes para a sobrevivência da unidade produtiva. Para outro catador, embora todos trabalhem muito para ter sua renda garantida, poucos trabalham para o coletivo da cooperativa.

De fato, através da observação foi possível constatar o esforço dos catadores bem como as longas e exaustivas jornadas de trabalho que enfrentam. Pelo menos três vezes por semana os catadores podem chegar a trabalhar mais de 12 horas por dia. Isso acontece porque nestes dias o caminhão do projeto “Lixo que não é Lixo” passa nos barracões da cooperativa no horário da noite – segundo diversos relatos em algumas ocasiões o caminhão chega depois das 21 horas. Depois de descarregar o caminhão os catadores precisam arrumar as bags com os resíduos para fazer a triagem no dia seguinte.

Quando questionados sobre quais eram as maiores dificuldades sentidas no dia a dia do empreendimento, 25 cooperados responderam diversamente. Entre as questões recorrentes estavam: a distância de suas casas dos barracões; o peso dos carrinhos; a necessidade de muita força física para levar as bags do caminhão até a mesa – diversos catadores têm doenças e sentem dores relacionadas a sua atividade na cooperativa; a separação dos materiais que as pessoas fazem em suas casas – os recicláveis chegam todos misturados ao empreendimento e alguns não podem ser reaproveitados; o espaço pequeno do barracão e a desorganização dos catadores; a estrutura física dos barracões; a falta de prensas, empilhadeiras e outras máquinas que facilitariam o trabalho; as discussões e a falta de união do grupo – muitos citaram a dispersão dos trabalhadores e a falta de diálogo entre os catadores; a situação de risco vivida pelos catadores do barracão localizado no Boqueirão e a depredação da cooperativa feita pela comunidade onde ela está inserida; a falta de um galpão próprio dos catadores; a falta de apoio dos órgãos doares e das empresas com quem a cooperativa tem relação; o descaso da prefeitura, do poder público e da sociedade.

Ainda, por meio das entrevistas realizadas foi possível identificar as principais organizações com que a CATAMARE mantém relações. Foram listadas pelos catadores entrevistados 43 organizações que, na visão deles, condicionam a sobrevivência da cooperativa. Há 27 órgãos públicos fazendo parte da rede. Destes, 18 são órgãos doadores. As outras 9 organizações desenvolveram projetos que beneficiaram a cooperativa ou são responsáveis pelas políticas públicas que tem ligação direta com a atividade da catação. Há apenas 4 empresas privadas relevantes na rede da cooperativa – essas organizações doam material para a CATAMARE. Foram citadas somente três organizações geridas por catadores – entre elas estão a Catapananá, o Movimento Nacional e uma cooperativa. Outra organização sem fins lucrativos importante citada pela maioria dos catadores é o Instituto Lixo e Cidadania. Ao observar a classificação dos principais atores percebe-se a importância das organizações do terceiro setor, da rede autogerida pelos catadores e das organizações públicas na manutenção estrutural geral da rede da CATAMARE. Entre estas organizações, a que apresenta maior grau de centralidade é a Catapananá seguida pela Prefeitura. Em terceiro lugar encontra-se o Instituto Lixo e Cidadania.

Foi possível perceber que a maioria dos órgãos doadores individualmente parece ter menos influência para o conjunto do que as organizações de apoio da cooperativa. Entre os órgãos doadores que se encontram mais vezes citados pelos cooperados há somente a UTFPR e o TRT. Por outro lado, as relações de troca e doação de materiais surgem como um importante elo relacional a ser estudado, representando o fluxo de trocas de materiais entre organizações de catadores e a crescente prática de doação e repasse de materiais recicláveis de grandes organizações públicas e privadas diretamente para organizações de catadores (no caso das organizações públicas, essa prática é compulsória por meio do decreto 5940 de 2006).

OS LIMITES E AS POTENCIALIDADES DA COOPERATIVA CATAMARE

Quando discute-se a destinação dos resíduos sólidos, pode-se verificar a seguinte circunstância: os catadores de material reciclável que fazem da coleta e da triagem o seu meio de subsistência, possuem um importante papel socioambiental já que cooperam para minimizar os impactos ambientais ao recolherem os recicláveis da cidade e geram riqueza ao realizarem a triagem e o beneficiamento dos resíduos sendo possível assim destinar novamente os materiais à indústria e não aos aterros sanitários. Os catadores também colaboram para minimizar a extração dos outros recursos naturais destinados à produção de novos produtos industriais como, por exemplo, os processos de fabricação do papel e do plástico que, além da energia, exigem o consumo de grandes quantidades de água em sua produção. Apesar de realizarem um trabalho extremamente importante tanto para a cidade quanto para o setor produtivo já que as empresas de reciclagem lucram em cima do valor do trabalho dos catadores enquanto estes não têm sua importância reconhecida social e economicamente e são, constantemente, discriminados e marginalizados. Dessa forma, pode-se inferir que o catador de materiais recicláveis é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza, pela classe trabalhadora que representa e que se soma a discriminação de gênero e raça já que a maioria dos catadores são mulheres negras e mães solteiras. É possível afirmar, neste sentido, que a inclusão desses catadores, mesmo quando fazem parte de cooperativas e associações, ocorre de forma perversa.

Há, em primeiro lugar, graves restrições estruturais e históricas oriundas da própria constituição da indústria de recicláveis que dificultam até hoje a inclusão social dos catadores e o desenvolvimento de tecnologias sociais mesmo quando estes tornam-se cooperados a um empreendimento solidário. Ao analisar os termos históricos da relação entre a reciclagem e os catadores, cabe compreender que não é plausível determinar a composição da força de trabalho dos catadores pela existência de tecnologias de ponta disponíveis para a reciclagem de materiais rejeitados (BOSI, 2008). Havia, desde 1970, um tipo específico de conhecimento que tornou a reciclagem em grande escala de papel, papelão e de resíduos plásticos possível (FARIA; FORLIN, 2002). Mesmo no caso do alumínio alguns recursos técnicos e tecnológicos para a transformação desses tipo de resíduo em matéria-prima já existiam. Assim, ao contrário do que se pode cogitar, foi uma força de trabalho numerosa de catadores que tornou tais tecnologias economicamente viáveis para serem empregadas no país, possibilitando a expansão exponencial do negócio da reciclagem no Brasil.

É possível afirmar neste contexto que a reciclagem brasileira só tornou-se possível em grande escala quando a coleta e a triagem dos resíduos se expuseram como uma tarefa viável de baixo custo, ou seja, realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse os investimentos em tecnologias onerosas para o surgimento do setor de produção de material reciclado e, ainda hoje, apesar de todos os ganhos políticos para a categoria, as cooperativas funcionam como uma forma de trabalho terceirizado das grandes empresas de reciclagem que exploram o trabalho precarizado dos cooperados. Já que, independente da organização desse tipo de trabalho, a taxa de lucro produzida deveria competir com preços determinados, por exemplo, pelo mercado mundial responsável pelos derivados de petróleo, pela produção de alumínio e de celulose, ou seja, o trabalho do catador deve estar submetido as variáveis de produção e ao padrão tecnológico imposto pela indústria de recicláveis.

É preciso levar em consideração, mesmo que sinteticamente, a dinâmica e as características da expansão do setor de produção de reciclados no Brasil e sua dependência de uma força de trabalho com qualidades específicas para a coleta e seleção dos materiais recicláveis. É preciso compreender que, embora tenham existido avanços – principalmente no que diz respeito as políticas públicas que reconhecem a importância da atividade da catção –, a indústria da reciclagem ainda depende do trabalho mal pago de uma massa de trabalhadores

com baixa escolaridade, sem perspectivas e desunida que se vê dependente de instalações e tecnologias dispendiosas e excludentes já que se encontra reprimida pelos interesses do capital envolvido na cadeia da compra, reciclagem e comercialização de todo os resíduos coletados.

Há claramente um impasse entre as tecnologias convencionais demandadas pelas empresas de reciclagem e a realidade da produção do catador – que não necessita das tecnologias convencionais, mas acaba dependendo delas porque há a dificuldade em desenvolver meios alternativos para realizar seu trabalho. Ainda, nesta mesma lógica, foi possível observar que uma parcela minoritária dos catadores sustenta a ideia de que a introdução na cooperativa de maquinaria e tecnologias já utilizadas nas empresas privadas garantiria o progresso econômico dos cooperados e as políticas públicas acabam reproduzindo essa mesma lógica.

Por outro lado, há uma potencial latente na CATAMARE: a maioria dos cooperados entende a necessidade de explorar outras ferramentas, artefatos e métodos no processo produtivo da organização, embora o empreendimento não participe e não desenvolva atualmente nenhum projeto. Esse grupo de catadores vê de forma positiva as possíveis parcerias que podem constituir com as universidades da região e com o próprio poder público. Nas entrevistas realizadas, grande parte deles acredita que uma saída para os problemas da cooperativa é diminuir a distância entre o trabalho que realizam e onde são feitas pesquisas e projetos que levam em consideração as demandas da atividade da catação. Contudo, os obstáculos que se colocam no âmbito das atividades de pesquisa são igualmente significativos. Não é raro ver claramente nos projetos dos quais a CATAMARE participou – seja de pesquisas de universidades, seja aqueles promovidos pelo poder público – que se apresentem pacotes tecnológicos, quando tanto os pesquisadores como o poder público deveriam na verdade se preocupar com o efetivo envolvimento dos catadores na construção das soluções para seus problemas. No caso destes possíveis projetos, segundo o relato de alguns catadores e das participações no Fórum Lixo e Cidadania, há que se destacar o problema da não funcionalidade de parte dos conhecimentos que os estruturam: há uma visão bastante instrumentalizada e, muitas vezes, sua concepção não permite o total envolvimento da categoria na construção dos projetos, o que dificulta a criação de estratégias de solução de problemas a médio e longo prazo. Como consequência, há a persistência em soluções que não contemplam de fato a realidade destes trabalhadores e muitos temas socialmente relevantes para eles não se convertem em objetos de análise e escopo de trabalho.

Neste sentido, outro fator importante diz respeito à consciência política e social que os catadores têm, mas que encontra limites na ação do poder público e na percepção das instituições de pesquisa. Quando questionados sobre o significado que atribuíam a inclusão social metade dos catadores apresentou uma visão bastante abrangente do conceito. Em consonância a definição apresentada no desenvolvimento teórico do trabalho, vários catadores falaram sobre a conquista de direitos. Entre os mais citados estavam: o direito à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho e ao espaço público. Muitos catadores falaram que questões raciais e orientação sexual devem ser respeitadas para que seja possível ser incluído socialmente. Para os catadores que responderam a questão, uma sociedade sem preconceitos e discriminações é uma sociedade que inclui. Outros também imputaram ao significado do termo a participação nas decisões que afetam suas vidas. Muitos catadores falaram sobre reconhecimento, visibilidade e valorização e alguns ressaltaram a necessidade de reconhecimento pela atividade de trabalho que desempenham. É possível afirmar, neste sentido, uma clareza na postulação das necessidades sociais que os catadores percebem.

Todavia, por meio das entrevistas com os catadores, a pesquisa identificou que eles realizam seu trabalho em condição permanente de coerção exercida por múltiplos sujeitos sociais. Entre eles se destacam uma parcela do poder público, as comunidades nas quais os

barracões estão localizados e dos próprios empresários das empresas que trabalham com reciclagem ou que deveriam doar o material para a cooperativa.

Ao mesmo tempo que se criam políticas públicas federais e estaduais que consideram a inclusão social do catador e se desenvolvem projetos financiados por múltiplas instituições públicas que beneficiam as cooperativas e associações dos catadores, por outro lado os municípios e o governo estadual não cumprem grande parte dessas leis e mesmo quando elas são cumpridas isso não se dá de forma integral: não há, por exemplo, o investimento em projetos voltados para o desenvolvimento e reaplicação de processos, métodos e artefatos que considerem as necessidades da atividade da catação – o que é definido claramente na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Embora existam encontros de formação sobre autogestão – normalmente organizados pelo Instituto Lixo e Cidadania, pela Cataparaná e pelo MNCR –, sustentabilidade e administração do barracão que acontecem espaçadamente nos encontros nacionais e regionais dos catadores e nos encontros do Cataforte, o único projeto relatado pelos cooperados em que eles participaram de forma precária no desenvolvimento foram os carrinhos elétricos projetados pela Itaipu. E, mesmo assim, os resultados, na visão dos catadores, não foram satisfatórios. O mais próximo que se tem de um projeto contínuo e de longo prazo que una as demandas dos catadores da CATAMARE é o Fórum Lixo e Cidadania e a rede Cataparaná.

A relação da cooperativa com o poder público é bastante contraditória: se alguns órgãos públicos cumprem a lei doando os materiais recicláveis para as cooperativas, por outro não há a fiscalização do desvio de materiais praticados em algumas instituições e não há a remuneração do poder público do serviço prestado pelos catadores. Se, por um lado, existem projetos federais, municipais e estaduais que permitem o financiamento de equipamentos e artefatos para melhorar a condição de trabalho dos catadores, por outro isso acontece dentro de uma racionalidade totalmente determinista: de acordo com os relatos dos catadores há diversas restrições sobre os tipos de materiais que podem ser obtidos com o repasse da União. Normalmente, segundo os cooperados, só é possível adquirir certos tipos de maquinarias e não é possível investir em pesquisas tecnológicas. Se, de fato, a prefeitura assiste aos catadores da CATAMARE pagando o aluguel dos barracões, por outro ela não leva em consideração as necessidades dos trabalhadores no que diz respeito ao seu espaço de trabalho: a estrutura é deficiente e não existe manutenção, os barracões são pequenos e não comportam todos os trabalhadores, falta equipamentos para o manejo do material, falta assistência técnica aos cooperados e, por fim, os locais onde estão localizados os galpões são distantes dos bairros onde os catadores moram. Fatores estes que contribuem mais para a divisão dos cooperados – é difícil manter a unidade se os barracões ficam partes distintas da cidade – e para a insegurança no (e do) trabalho – já que um galpão constantemente alaga possibilitando a disseminação de doenças entre os trabalhadores bem como a perda do material e no outro galpão os catadores são coagidos constantemente pela comunidade da região que vive do tráfico de drogas. Ou seja, ao mesmo tempo que existe uma potencialidade na relação da cooperativa com o poder público, essa mesma relação impõe diversos limites para que se construa a inclusão social dos catadores e o desenvolvimento de tecnologias alternativas que correspondam as demandas dos cooperados.

A falta de pesquisas e de projetos que visem melhorar as condições de trabalho prejudica que ações qualificadas pelo montante baixo de aportes financeiros capazes de viabilizar economicamente o empreendimento cooperativo sejam realizadas. Embora a cooperativa seja um espaço isento de uma relação de poder discriminatória e guiada por valores solidários, não há atividades consistentes que criam uma situação libertadora do produtor direto. Neste sentido, um dos aspectos mais preocupantes na unidade produtiva diz respeito a união entre os catadores e a organização dos barracões. A divisão dos catadores nos barracões promoveu a diferença da organização do trabalho: alguns grupos de catadores separam igualmente todos os recicláveis

que chegam a cooperativa, outros grupos dividem o material por órgão doador. O que pode ser um aspecto limitante já que incentiva a competição entre os trabalhadores e desestabiliza os valores solidários necessários para o crescimento do empreendimento. É como se cada indivíduo compartilhasse o espaço de serviço, mas não o trabalho em si. Embora os cooperados se preocupem em consolidar a autogestão no empreendimento, foi possível perceber que ela não acontece em prol do desenvolvimento da cooperativa. É evidente que a falta de tempo e a necessidade que os catadores tem para atingir uma renda digna através de longas jornadas de trabalho as quais estão submetidos se apresentam como entraves para a união dos catadores. Cada um trabalha muito para garantir a sua renda, porém, sem a organização coletiva, política e econômica da cooperativa é muito mais difícil almejar ganhos, inclusive financeiros, para o catador. Foi possível perceber também que há certos limites na ação da cooperativa sobre outras esferas da vida dos cooperados. Há pouca articulação em relação a outras demandas sociais que foram relatadas pelos catadores.

Por outro lado, um ponto positivo, que diz respeito à sensibilização da sociedade sobre a atividade da catação, é a consciência que os catadores têm da importância de divulgar o trabalho que realizam, bem como o interesse que os cooperados têm em trazer catadores autônomos e outras pessoas que estão em uma situação vulnerável para fazer parte do empreendimento. A cooperativa abriga ex-dependentes químicos e moradores de rua, garantindo-lhes certa remuneração e um trabalho digno. Todavia, é possível atribuir a esta dinâmica a alta rotatividade no empreendimento: durante a realização da pesquisa 7 catadores se desligaram da cooperativa e outros 8 foram aceitos.

A flutuação do preço do material é outro fator que compromete não só a CATAMARE, mas todas as cooperativas de catadores. De acordo com os catadores, há um declínio sazonal nos valores do reciclável e esta queda tem relação com o mercado internacional, com as crises econômicas e a política cambial que afetam diretamente o preço dos materiais. A qualidade oligopólica da indústria da reciclagem, segundo os catadores, também afeta os preços pagos pelos materiais, fato que restringe quase que inteiramente a margem de comercialização do que produzem e, conseqüentemente, a negociação do preço de seu trabalho. Além disso, existem situações em que o material recolhido percorre mais de um comprador o que, possivelmente, diminui ainda mais o preço pago aos catadores com o objetivo de manter a margem de lucro sobre os recicláveis adquiridos pelas empresas.

Sendo esta a conjuntura, é mais do que admissível declarar que a organização do trabalho, a jornada e a renda dos catadores é compulsoriamente articulada pelo preço dos recicláveis. Exemplo disso são os materiais recicláveis que ainda são enviados aos aterros sanitários porque não há na região compradores – entre estes estão os inúmeros sacos plásticos de alimentos processados que ainda não são triados porque a Cataparaná não conseguiu encontrar empresas de reciclagem que comprem os fardos desse material sem que as cooperativas tenham prejuízo.

Cabe assinalar que a dispersão geográfica do circuito de comercialização dos recicláveis é também uma das formas pela qual se materializa uma cadeia produtiva complexa, mas bem estruturada que garante a exploração do trabalho dos catadores a preços indignos e impede que diversos tipos de materiais sejam reciclados. Atualmente a Cataparaná comercializa diversos tipos de recicláveis com empresas de São Paulo e, por outro lado, segundo os catadores, muitos materiais do interior paulista chegam até a rede para serem comercializados para que essas cooperativas possam vender seus fardos por preços melhores. Este processo de depreciação dos preços pagos pelo material triado é percebido por todos catadores que participaram da entrevista e, segundo eles, quase não há concorrência de preços entre os compradores de recicláveis.

Sendo assim, a organização política dos catadores se apresenta com uma potencialidade de empoderamento da classe. Dentre as principais formas de organização encontram-se o Movimento Nacional e a rede Cataparaná.

O Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis busca garantir a independência de classe em relação aos partidos políticos, governos e empresários, ao mesmo tempo que luta pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento dos recicláveis. O movimento acredita também que é um ponto estratégico desenvolver tecnologias viáveis que garantam o controle da cadeia produtiva ao catador, bem como firmar com os poderes públicos contratos que garantam o repasse financeiro ao serviço prestado pelo trabalhador, e cobrando das empresas privadas o devido pagamento pelo trabalho realizado pelos catadores.

O MNCR foi fundamental para que a inclusão social do catador fosse objeto da Política Nacional de Resíduos Sólidos, todavia, a articulação do movimento em suas bases orgânicas ainda é embrionário. Não há um trabalho consistente das cooperativas que o integram. A partir das entrevistas com os cooperados da CATAMARE não foi possível identificar uma articulação com as outras cooperativas que são base orgânica do movimento ou com o comitê regional.

Contudo o MNCR é uma importante organização parceira da rede Catapananá. Em uma conjuntura regional, a Catapananá mantém uma articulação maior que o movimento com as cooperativas e associações do estado. A Catapananá tem o objetivo de apoiar os grupos organizados em rede para comercializar, beneficiar e estocar conjuntamente os materiais dos empreendimentos solidários. Através dessa estratégia que, de acordo com catadores, foi possível de fato melhorar a renda com a comercialização dos materiais. A função da rede é de justamente atender não só os grupos que já estão mais fortalecidos, como especialmente aqueles que estão vulneráveis e desamparados pelos poderes públicos municipais.

Atualmente, o problema não está em reconhecer legalmente o catador como um trabalhador, mas em reconhecer seu direito às condições dignas de trabalho e de vida para além da perspectiva estrita da sobrevivência. A ausência de ações dirigidas que contemplem não só os problemas vividos nos barracões de triagem, mas também o acesso à educação, à moradia, à saúde, ao transporte público dos catadores, bem como a violência doméstica sofrida por diversas catadoras é um outro limite que precisa urgentemente ser transposto. Os problemas da cooperativa desafiam a usual distinção entre técnico e social: eles são, de fato, sociotécnicos. As soluções empregadas para combatê-los devem ser entendidas como condicionadas por processos sociotécnicos complexos. Neste sentido, para que a exclusão social dos catadores não se dê via inclusão parcial pelo trabalho, é preciso que o poder público e as instituições de apoio considerem as especificidades das demandas dos catadores, que invistam em pesquisa e desenvolvimento para soluções adequadas à rota tecnológica da reciclagem popular e articulem diferentes políticas de educação, saúde, habitação, erradicação do trabalho infantil, assistência social para a população catadora, dentre outras demandas que devem ser ouvidas e observadas nas vivências dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

As questões problematizadas na pesquisa indicaram que a organização do trabalho dos catadores se realiza a partir dos interesses do capital envolvido na cadeia de compra, reciclagem e comercialização de todo os resíduos coletados, confrontando os resultados de outras pesquisas que caracterizam o trabalho dos catadores como “informal”, ou seja, não subordinado a um empregador ou a determinado setor empresarial. Por meio das entrevistas com os catadores, a pesquisa identificou que eles realizam seu trabalho em condição permanente de coerção exercida por múltiplos sujeitos sociais, além da própria concorrência velada existente entre os próprios catadores.

Pode-se, contudo, comprovar que os catadores organizados em cooperativas conseguem conquistar alguns benefícios econômicos e sociais que contribuem para qualidade de vida dos trabalhadores. Ainda, à medida que estes se envolvem nos movimentos sociais que se preocupam com a sua atividade, começam a perceber o papel importante que desempenham na preservação do meio ambiente e descobrem-se como cidadãos por direito. Grande parte dos entrevistados reconhece a melhoria da qualidade de vida trabalhando na cooperativa se comparada, principalmente, com as dificuldades anteriormente vivenciadas com a coleta nas ruas e com a revenda feita individualmente para atravessadores.

Também foi constatado que a organização política dos catadores e a consciência de classe dos trabalhadores aliados às relações que a cooperativa estabeleceu com o poder público podem possibilitar o desenvolvimento de tecnologias sociais, embora isso ainda aconteça de forma incipiente.

Reafirma-se, com esta pesquisa, que programas isolados não alteram totalmente o quadro perverso de exclusão social do catador via inclusão por meio de um trabalho precarizado. Neste sentido deve haver garantias da universalização e integração de políticas públicas em todas as esferas da administração pública – o que começa a ser edificado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos por meio do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) – promovendo a geração de emprego e renda, capacitação para a economia solidária, erradicação do trabalho infantil e melhoria das condições de moradia e dos direitos trabalhistas dos catadores.

Salienta-se que o cumprimento da legislação que protege o meio ambiente e que ampara os grupos marginalizados, ocorre com a participação efetiva dos movimentos sociais. É preciso que os catadores continuem se organizando politicamente para que se desenvolvam cada vez mais políticas que contribuam para a qualidade de vida não só dos catadores, mas de toda a sociedade. É preciso lutar pela autonomia dos trabalhadores para que estes possam suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, inclusive a capacidade de usufruir de segurança social e pessoal tanto no trabalho quanto fora dele. É preciso, por fim, criar mecanismos que possibilitem que os catadores se desenvolvam com o menor grau possível de privação e sofrimento, em que sejam respeitadas as diferenças, sem discriminação ou restrição do acesso aos seus direitos mais fundamentais. É preciso lutar por uma melhor redistribuição e consumo da riqueza social e tecnológica para os catadores, bem como à garantia de um ambiente de desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental que envolva o respeito ao ser humano e à natureza. Neste sentido o desenvolvimento de tecnologias sociais é fundamental, já que, embora a atividade da catação seja essencial para a preservação do meio ambiente, os processos e artefatos utilizados no processo sejam passíveis de críticas. Afinal, a indústria de reciclagem está diretamente ligada a outros setores industriais extremamente nocivos ao ser humano e a natureza – como a indústria da mineração, da energia elétrica, da água e de agentes químicos.

Por fim, é possível afirmar que os problemas da cooperativa desafiam a usual distinção entre técnico e social: eles são, de fato, sociotécnicos. As soluções empregadas para combatê-los devem ser entendidas como condicionadas por processos sociotécnicos complexos. A complexidade sociotécnica associada a experiências de produção de tecnologias orientadas para a intervenção sobre problemas dessa natureza demanda a utilização de um referencial analítico adequado não apenas à compreensão das tecnologias em si, mas das condições sociais e técnicas da qual fazem parte. Neste sentido, para que a exclusão social dos catadores não se dê via inclusão parcial pelo trabalho, é preciso que o poder público e as instituições de apoio considerem as especificidades das demandas dos catadores, que invistam em pesquisa e desenvolvimento para soluções adequadas à rota tecnológica da reciclagem popular e articulem diferentes políticas de educação, saúde, habitação, erradicação do trabalho infantil, assistência



social para a população catadora, dentre outras demandas que devem ser ouvidas e observadas nas vivencias dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23, n.67, pp. 101-116, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

BRANDÃO, Flávio. Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas – PTA: avaliação de um programa de desenvolvimento tecnológico induzido pelo CNPq. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento sustentável). Brasília: UnB, 2001.

DAGNINO, Renato (Org.). Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Unicamp, 2010

_____. A tecnologia social e seus desafios. 2004. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/site/publicacoes/138/A%20tecnologia%20social%20e%20seus%20desafios.pdf>>. Acesso em: 21 de março de 2013.

FORLIN, Flávio; FARIA, José de Assis. Reciclagem de embalagens plásticas. Polímeros: Ciência e Tecnologia, vol. 12, nº 1, p. 1-10, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/po/v12n1/9876>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Urbanos. Relatório de Pesquisa. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/121009_relatorio_residuos_solidos_urbanos.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22 edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

THOMAS, Hernán. Tecnologías para la inclusión social y políticas públicas en América Latina. 2009. Disponível em: <<http://www.redtisa.org/Hernan-Thomas-Tecnologias-para-la-inclusion-social-y-politicas-publicas-en-America-Latina.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. Case Study research: design and methods. London: Sage, 1984.